



SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES – SUPEL

No que diz respeito à qualificação técnica, resta comprovado que a recorrida cumpriu com as exigências do Instrumento Convocatório, tendo em vista que os dois atestados de capacidade técnica considerados pelo Pregoeiro certificam a plena aptidão de fornecimento do objeto pretendido.

Em que pese o argumento levantado sobre o quantitativo e prazo pertinentes com o objeto licitado, a recorrente interpreta a estipulação em um sentido que acabaria por restringir a participação do certame. A exigência do atestado de capacidade técnica tem por finalidade comprovar para a Administração que a empresa tem experiência no fornecimento do objeto pretendido, conforme estipula o TCU:

As exigências relativas à capacidade técnica guardam amparo constitucional e não constituem, por si só, restrição indevida ao caráter competitivo de licitações conduzidas pelo Poder Público. Tais exigências, sejam elas de caráter técnico-profissional ou técnico-operacional, **não podem ser desarrazoadas a ponto de comprometer o caráter competitivo do certame, devendo tão somente constituir garantia mínima suficiente de que o futuro contratado detém capacidade de cumprir com as obrigações contratuais.** Tais exigências (sic) ser sempre devidamente fundamentadas, de forma que fiquem demonstradas inequivocamente sua imprescindibilidade e pertinência em relação ao objeto licitado. (Acórdão nº 1942/2009 – P, Relator: Min. André de Carvalho).

Portanto, não restam dúvidas sobre a capacidade da recorrente de fornecer o material pretendido pela Administração.

Já em relação à qualificação técnica e econômico-financeira, o argumento das recorrentes não tem guarida no ordenamento jurídico e nas manifestações dos Tribunais de Contas pátrios, conforme se verifica no Acórdão 804/2016 – TCU (Relator: Augusto Sherman):

2. Constitui restrição indevida à competitividade da licitação a exigência de garantia em percentual incidente sobre todo o conjunto de obras previstas para serem licitadas por lotes, em vez de cada obra considerada individualmente em seu respectivo lote.

Logo, utilizando-se da analogia para interpretar a questão suscitada pelas recorrentes, não seria razoável que a Administração exigisse da recorrida a comprovação de qualificação econômico-financeira para o valor somado de todos os itens que venceu, tal exigência seria uma afronta aos princípios licitatórios.

Sobre a licitação com critério de julgamento menor preço por item, assim ensina Marçal Justen Filho (2005, P.208):

“Consiste na concentração, em um único procedimento, de uma pluralidade de certames, de que resultam diferentes contratos. A licitação por itens corresponde, na verdade, a uma multiplicidade de licitações, cada qual com existência própria e dotada de autonomia jurídica, mas todas desenvolvidas